

24 AGO 1985

ANC 88
Pasta 08/85
107/1985

Jurista quer realização de referendun

Da Sucursal de Brasília



O jurista Miguel Reale Júnior, integrante da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, propôs ontem na Câmara dos Deputados, em palestra promovida pelo Conselho Federal de Farmácia, a realização de um referendun popular para aprovar a nova Constituição. Segundo ele, a Assembléia Nacional Constituinte deve criar mecanismos que permitam à sociedade influir mais no processo de decisão política, propondo leis e homologando outras, através das urnas.

Reale Júnior acha que a Comissão deve fazer um anteprojeto para subsidiar o debate que precederá a eleição dos delegados à Assembléia.

Na sua opinião, a Comissão deve transformar-se num "arsenal de idéias" e deve estar aberta às sugestões da sociedade. Afirmou ainda que, o anteprojeto, deve resultar de consulta aos setores representativos da comunidade. Ressalvou, no entan-

to, que a realização destas reuniões dependerá da própria Comissão de Estudos Constitucionais.

A seguir, lembrou que o esboço de anteprojeto ficará pronto em junho de 1986, a tempo, portanto, de receber críticas durante a campanha eleitoral. Mas ressaltou que o trabalho "será um ponto de partida, uma referência de grande valor, mas que pode ser descartada."

Trabalhadores

Miguel Reale Júnior disse que a Comissão de Estudos Constitucionais poderia ter maior representação de trabalhadores. Entretanto, não discordou da composição feita pelo governo, lembrando que o grupo fará um trabalho jurídico e precisa de especialistas. Para ele, há juristas de todas as correntes, inclusive pessoas comprometidas com as reivindicações dos trabalhadores que poderão fazer um bom trabalho. Reale Júnior não considerou graves os equívocos que envolveram a lista dos membros: "Seria o mesmo que dizer que um livro não tem valor porque saiu com um erro tipográfico", afirmou.

O jurista posicionou-se ainda contra as candidaturas avulsas à Constituinte, alegando que o poder econô-

mico elegeria com vantagem pessoas de seu interesse, já que a organização da sociedade ainda é frágil. Segundo Reale, o Congresso Nacional, através de reformulações no Código Eleitoral, deve estabelecer mecanismos eficientes de controle para as eleições de 1986. Sugeriu, como uma dessas medidas, a criação de um fundo partidário.

Sistema de governo

Sobre o sistema de governo, Miguel Reale Júnior é favorável à instituição de um semi-presidencialismo, onde o Congresso Nacional tenha poder de destituir ministros de Estado. A Assembléia Nacional Constituinte, a seu ver, terá o papel de aproximar "o país legal do país real". Esta aproximação se faria através da solução de três desequilíbrios básicos: cidadão/Estado; Executivo/Legislativo e Poder Central/poderes locais. Nos últimos 20 anos, na sua opinião, a ideologia da segurança nacional roubou poderes do cidadão, do Legislativo e da estrutura estadual e municipal em favor do governo central. "A ideologia da segurança — observou — instituiu o direito de tutela total para o Executivo, na tentativa de fazer a sociedade do consenso imposto".

FOLHA DE SÃO PAULO